

NOTA MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA

Em resposta aos questionamentos enviados, o Ministério de Minas e Energia (MME) informa:

- **Sobre as empresas que geram energia em Roraima e funcionamento com a entrada do Linhão Manaus-Boa Vista:**

Antes do Leilão de Suprimento a Boa Vista e localidades conectadas de 2019, o suprimento de energia na região era realizado por usinas termelétricas locais a óleo diesel e pela importação de energia da Venezuela, por meio do Linhão de Guri, interrompido em 2019. Prevendo a interrupção e já considerando o alargamento dos prazos para a interligação, o referido certame foi estabelecido pelo MME e realizado pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), tendo sido celebrados contratos de geração de energia elétrica entre a concessionária Roraima Energia e as empresas vencedoras do certame, com geração a gás natural, biomassa, além de soluções híbridas. Além delas, três usinas termelétricas adicionais e uma Pequena Central Hidrelétrica (PCH) também contribuem, atualmente, para o abastecimento do estado.

A substituição da geração térmica por energia proveniente do Sistema Interligado Nacional (SIN) será gradual, respeitando os prazos contratuais já firmados (em alguns casos até 2036, pensados com prazo maior no leilão para viabilizar empreendimentos com preços mais módicos e também garantir confiabilidade à região) e as condições técnicas de segurança do sistema elétrico de Roraima. Com isso, as usinas térmicas continuam operando com contratos ativos, mesmo após a interligação ao Sistema Interligado Nacional (SIN). Alguns contratos – firmados antes da retomada das obras e conclusão do Linhão de Tucuruí como uma solução emergencial para garantir o suprimento no estado – serão gradativamente encerrados.

Conforme estabelece a Portaria MME nº 258/2013, a partir da efetiva operação comercial das instalações de transmissão necessárias à plena interligação, o estado passa operar sob as regras do SIN, deixando para trás o regime dos sistemas isolados. Nesse contexto, está prevista a desativação de três usinas térmicas em Roraima, consideradas de locação. Após a avaliação do desempenho do sistema e a efetiva retirada dessas UTEs, os custos de Receita Fixa associados a tais contratos deixam de ser reembolsados pela Conta de Consumo de Combustíveis (CCC), medida que representa uma economia estimada de aproximadamente R\$ 53 milhões por mês de operação.

Há ainda a possibilidade de que parte dessa geração térmica contribua para o atendimento do SIN em condições específicas de despacho definidas pelo ONS, considerando que o custo de operação das usinas a gás natural e biocombustíveis é mais baixo que o das usinas a diesel. Essa possibilidade pode tornar viável um rearranjo operacional, resultando em maior eficiência energética e redução de custos para o sistema elétrico nacional.

- **Sobre a importância local e nacional do Linhão Manaus-Boa Vista:**

A entrada em operação do Linhão de Tucuruí, integrando Roraima ao SIN, traz maior confiabilidade, estabilidade e segurança energética. A conexão reduz a dependência das

usinas termelétricas locais – que antes eram a principal fonte de suprimento – e mitiga o risco de ocorrências que afetem a operação, já que o estado passa a contar com o atendimento utilizando a rede de transmissão do SIN.

Além disso, o Linhão permite o acesso à energia mais limpa e barata, proveniente principalmente de fontes hidrelétricas e renováveis do SIN, substituindo gradualmente o uso intensivo de usinas a diesel, que possuem alto custo de operação e elevado impacto ambiental. Outro benefício relevante é a possibilidade de inserção de Roraima no mercado de energia do SIN, ampliando as opções de contratação e reduzindo custos futuros para consumidores e para o setor elétrico como um todo.

Estudos preliminares indicam que a conexão permitirá uma diminuição significativa dos custos da CCC, já que o uso intensivo de usinas a diesel e óleo combustível deixará de ser necessário em larga escala, podendo ultrapassar R\$ 600 milhões por ano, o que representaria um alívio para os consumidores, pois esses custos atualmente são repassados a todos por meio de encargos setoriais. Essa economia deverá refletir em revisão das tarifas no futuro, mediante processo regulatório específico.

- **Sobre transição energética em Roraima e a perspectiva de reduzir a dependência de termelétricas fósseis**

O MME considera a interligação de Roraima ao SIN, por meio do Linhão de Tucuruí, como a maior obra de descarbonização da Amazônia. Essa integração possibilita uma redução estimada de aproximadamente 1 milhão de toneladas de CO₂ por ano, ao substituir parte da geração térmica a óleo diesel e óleo combustível por energia mais limpa proveniente do SIN.

Essa transição contribui não apenas para a segurança energética, mas também para a sustentabilidade ambiental e a redução dos custos de geração no médio e longo prazo. Além disso, alguns contratos de longo prazo em Roraima incluem compromissos de mitigação de emissões, especialmente aqueles relacionados a usinas movidas a gás natural e biocombustíveis, que têm como objetivo reduzir o uso de termelétricas a diesel e substituir parte da geração por fontes mais limpas.

A fiscalização desses compromissos é feita pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) em conjunto com órgãos ambientais competentes, como o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) e órgãos estaduais de meio ambiente, por meio de monitoramento contínuo das fontes de geração.

Cabe ressaltar que o estado de Roraima já ultrapassou 97,8 MW de potência instalada em energia solar, com mais de R\$ 400 milhões em investimentos realizados. São mais de 9,8 mil consumidores e cerca de 7 mil sistemas ativos em 13 municípios, consolidando o estado como referência no uso de fontes renováveis no Norte do país. O Governo Federal tem planos e programas para incentivar ainda mais a geração renovável, incluindo medidas de apoio à geração distribuída e à expansão da energia solar. Com a conclusão do Linhão de Tucuruí, a expectativa é que esses investimentos se intensifiquem, favorecendo a instalação de novos empreendimentos comerciais e industriais em Roraima e fortalecendo a diversificação e sustentabilidade da matriz energética do estado.

Adicionalmente, em 2023 foi instituído o Programa Energias da Amazônia, que tem como principais objetivos reduzir o consumo de óleo diesel na geração de energia e, consequentemente reduzir emissões, reduzir os custos com a CCC e garantir a qualidade do suprimento de energia nas localidades atendidas por sistemas isolados na Amazônia Legal. Assim, localidades situadas na Amazônia profunda devem ter o seu atendimento eletroenergético garantido o que, por vezes implica em geração com combustíveis fósseis, mas que vêm sendo gradativamente sendo substituídas por geração renovável, notadamente por fonte fotovoltaica e sistemas de armazenamento por baterias. A título de exemplo, as localidades de Santa Maria do Boiaçu e Vila Caicubi terão geração a partir desse tipo de solução, com aproximadamente 50% de geração proveniente de fonte renovável, tendo elas sido contempladas em seleção de projetos no âmbito do Programa Pró Amazônia-Legal.

- **Sobre os demais temas:**

Por fim, o Ministério de Minas e Energia destaca que não tem conhecimento de dificuldades de implantação de GD no Estado de Roraima, bem como de processos de troca de controle da concessionária de distribuição. Esses assuntos, somados aos investimentos previstos pela concessionária, fazem parte das competências da agência reguladora, que pode fornecer mais detalhes. Sobre a tarifa a ser paga pelos consumidores de Roraima, sugerimos que entre em contato com a ANEEL.

Atenciosamente,

